

Raça, corpo e arte: contribuições de artistas negras/os para a reinvenção do mundo

Race, Body and Art: contributions of
black artists to reinvent the world

Orlando Afonso Camutue Gunlanda¹

Andrea Vieira Zanella²

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

CV: <http://lattes.cnpq.br/5818559221875943>.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1680-1294>.

E-mail: gulondapsi@gmail.com

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2409769589523805>.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8949-0605>.

E-mail: avzanella@gmail.com

Resumo

Neste artigo discutimos a contribuição de artistas negras/os africanas/os e afrodescendentes no debate sobre a reinvenção do mundo. A partir da análise de obras de Michael Armitage, Frida Orupabo e Rosana Paulino, problematizamos o modo como esses artistas trabalham as violências que incidem sobre o corpo negro enquanto resultado do colonialismo, racismo e escravização. O diálogo com essas obras nos permite afirmar a importância da arte afro-diaspórica para o tensionamento das práticas racistas que perduram na atualidade, condição para a reinvenção do próprio mundo.

Palavras-chave

raça; corpo; política; arte afro-diaspórica.

Abstract

In this article we discuss the contribution of African and Afro-descendant black artists in the debate on reinventing the world. From analyzing the works of Michael Armitage, Frida Orupabo and Rosana Paulino, we problematize the way artists work out violences that affect the black body while results from colonialism, racism and enslavement. The dialogue with these works allows us to affirm the importance of the Afro-diasporic art for tensioning racist practices that persist currently, a condition for reinventing the world.

Keywords

race; body; politics; afro-diasporic art.

Introdução

O tempo que estamos vivendo é oportuno para discutirmos os modos como os nossos corpos estão sendo afetados pelas inúmeras questões provocadas pela atual situação sanitária. Questões que têm provocado engasgos, angústias, perplexidades e mal estar. Às vezes faltam-nos palavras para verbalizar o que nos tem chegado ao corpo, faltam-nos gestos que traduzam as afecções às quais estamos expostos/as em tempos de pandemia do COVID-19.

A escrita deste artigo, de alguma forma, é uma possibilidade de verbalizar alguns desses engasgos e perplexidades. Estamos tendo uma experiência radical que, sob vários aspectos, deslocou nossos corpos para um lugar que ainda não sabemos exatamente qual é e para onde nos levará. Um lugar-tempo de devires outros, de sentimentos vários, de mudanças indesejadas. De uma hora para outra fomos desafiados/as a interromper as dinâmicas cotidianas, forçados/as a refazer os nossos trânsitos, reconfigurar nossos contextos de trabalho. Fomos desafiados/as a produzir outras formas de relações com os/as outros/as e, ao mesmo tempo, a nos olharmos de outro modo. As relações de cada pessoa consigo mesma e com as outras estão em foco, inevitavelmente.

Além das inscrições subjetivas, a pandemia do COVID-19 tem evidenciado de modo radical as desigualdades de classe, raça e gênero em países como o Brasil. Na lista das primeiras pessoas a morrerem no Brasil pela COVID-19, por exemplo, está uma mulher negra, Cleonice Rodrigues, de 63 anos de idade, empregada doméstica que foi contaminada pela sua patroa que recentemente tinha chegado de viagem ao exterior (Itália), onde havia sido infectada pelo vírus. A patroa sobreviveu e a empregada morreu no dia 17 de Março de 2020. Maior parte das trabalhadoras domésticas no Brasil não pôde praticar o isolamento social, medida protetiva recomendada pela Organização Mundial de Saúde para conter a disseminação do vírus, e Cleonice foi uma delas.

Outra trabalhadora negra que experimentou recentemente os efeitos dessas desigualdades foi Mirtes Renata de Souza, mulher negra, empregada doméstica que, em meio a pandemia, continuou trabalhando para sua patroa Sari Corte Real. Mirtes precisou levar os cachorros da patroa para caminhar - possivelmente uma atribuição rotineira dela - e deixou seu filho de 5 anos de idade, Miguel Otávio Santana da Silva, aos cuidados de Sari. Em um "descuido" da patroa, Miguel saiu do apartamento e caiu do 9º andar, vindo a falecer enquanto sua mãe cumpria seus deveres laborais.

Dois casos em cidades brasileiras, marcados pela distância de 2300 quilômetros: o primeiro no Rio de Janeiro, o segundo em Recife. Mas a distância geográfica e as características econômicas, sociais e culturais diversas dessas cidades não são suficientes para diferenciar as condições de produção dessas tragédias. Afinal, "em meio à pandemia, a estrutura de serviços para a manutenção da vida e do conforto da classe dominante brasileira não se abalou" (MACHADO, 2020, s/p). Um conforto edificado historicamente com os pilares da desigualdade racial e que vem se mantendo inabalável há séculos.

Nos dois casos, as patroas mantiveram-se incólumes, suas vidas seguiram em

frente. Por sua vez, os corpos de Miguel e Cleonice jazem junto a tantos outros que compõem os altos índices de mortalidade de pessoas negras no Brasil. São corpos que estão à serviço daquilo que Mbembe (2017, p.65) chamou de economia sacrificial, “cujo funcionamento requer que, por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da perda”. Expressam, pois, essas mortes, a perversa face de uma sociedade edificada via escravização de vidas consideradas não passíveis de luto (BUTLER, 2015).

O extermínio em massa dessas vidas no Brasil remonta à chegada dos colonizadores europeus e apresenta dados assustadores: a população indígena, estimada entre 3 e 4 milhões na época da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, foi reduzida, em três séculos, a 20% (GOMES, 2019). As quase 5 milhões de pessoas africanas escravizadas e trazidas para o país também tiveram seus corpos submetidos à política genocida de extermínio que incidiu violentamente sobre elas e que perdura até hoje nos seus descendentes, visíveis nas taxas de homicídios, significativamente maiores para afrodescendentes: “em 2010, a taxa de homicídios para os brancos era de 17 por 100.000, enquanto a dos pretos era de 31,5 e a dos pardos de 41” (RIBEIRO; CANO, 2016, p.297).

Essa necropolítica vem sendo, de variados modos, visibilizada e problematizada no circuito acadêmico (FANON, 2008; MBEMBE, 2016; SCHWARCZ, 2019; GOMES, 2019). Porém, ao investigar a produção visual de artistas afrodescendentes no Brasil, Carvalho, Assunção e Silva (2020) destacam a escassez de discussões sobre o pensamento artístico de artistas e pesquisadores que se debruçam sobre a temática negra contemporânea, tanto na academia quanto no currículo de formação de professores de arte.

Visando contribuir com o debate, analisamos neste artigo obras de 3 artistas contemporâneos, Michael Armitage, Frida Orupabo e Rosana Paulino, as quais problematizam as violências históricas que incidem sobre os corpos negros. São artistas que, com suas produções, contribuem “para a formação intelectual de sua comunidade, criando e fortalecendo laços comuns entre os indivíduos” (EUGENIO, 2020, p.122), dialogando com o que os pensadores pós-coloniais denominam de “declosão do mundo”, caracterizada como um processo de construção de esferas de horizontalidade, isto é, a busca de um pensamento sobre o mundo que coloque como centralidade política e epistemológica a ética da mutualidade, da convivência, do estar-com outros (CÉSAIRE, 2004; GILROY, 2005; 2007; MBEMBE, 2019).

Sobre escravização e corpos negros

A magnitude e duração do tráfico de pessoas do continente africano para as américas são assustadoras. Segundo Gomes (2019, p.26),

nada foi tão volumoso, organizado, sistemático e prolongado quanto o tráfico negreiro para o Novo Mundo: durou três séculos e meio, promoveu a imigração forçada de milhões de seres humanos, envolveu dois oceanos

(Atlântico e Índico), quatro continentes (Europa, África, América e Ásia) e quase todos os países da Europa e reinos africanos, além de árabes e indianos que dele participaram indiretamente.

O tráfico negreiro entre África e Brasil, por sua vez, “foi um dos principais negócios para o enriquecimento das principais metrópoles europeias e seus sistemas coloniais. O país recebeu, sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América” (ibid, 2019, p.24). Além dos povos nagô e malês (pertencentes às regiões que atualmente compreendem países como Mali, Nigéria, Sudão e Togo), os povos congo-angola (pertencentes às regiões que atualmente compreendem países como Angola, República Democrática do Congo, Namíbia) fazem parte do grande contingente de pessoas negras africanas que foram escravizadas nas plantações de café e cana-de-açúcar no território brasileiro (PRANDI, 2000; MUNANGA, 2009).

O Brasil se tornou, em decorrência, um dos países fora da África com a maior quantidade de pessoas de origem africana. Entre os anos de 1701 e 1810, aproximadamente 1.891.400 africanos negros foram desembarcados nos portos brasileiros. A maior parte dessa população era enviada para o trabalho escravo em regiões que hoje compreendem os estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A partir dessas cidades, as pessoas escravizadas eram encaminhadas para as demais localidades do Brasil.

Os registros do colonialismo, da escravidão e do racismo estão presentes na memória social do Brasil e na sua trajetória política e econômica. Seus efeitos incidem sobre os corpos negros e indígenas, produzindo violências, silenciando suas vozes, negando suas cosmologias, apagando rastros de suas presenças e inegáveis contribuições à edificação do país. Trata-se de uma política colonial capitalística que criou as condições, ainda vigentes, para os privilégios da branquitude e institucionalizou o descaso, a pobreza e o genocídio dos corpos negros.

Fanon (2008) compreendeu que a colonização e a escravização, enquanto subprodutos do racismo, possibilitaram uma forma de enxergar o corpo negro: a partir de um espelho que reflete, sempre, a imagem do corpo branco. Portanto, a possibilidade de existência do corpo negro, a partir dos limites do racismo, se dava pela “assimilação” das características e linguagens (culturais, políticas e estéticas) do corpo branco.

Em concordância com o pensamento de Fanon (2008), Mbembe (2016) compreende que a ideia de raça enquanto uma política de separação e classificação dos corpos se apresenta como uma forma de gestão da morte, uma espécie de “tecnologia” que viabiliza o exercício do poder sobre os corpos racializados, os corpos negros. Nesse sentido, na equação do biopoder, o racismo tem como principal objetivo o de regular “a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2016, p.128). Portanto, o racismo é uma negação do outro. Dito de outro modo, o racismo é a estratégia pela qual se constrói a percepção da existência do outro como “uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação

biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança (ibid, 2016, p.129).

Para Gilroy (2007), Fanon (2008) e Mbembe (2019) é fundamental desmontar a racionalidade racista e seus produtos tecnológicos, o colonialismo e a escravidão. Esse desmonte é condição inicial para reinventar o mundo e reposicionar o lugar do corpo negro naquilo que podemos chamar de política mundial da horizontalidade. É necessário empreender a criação de um novo mundo, e compreendemos que a arte pode dar sua parcela de contribuição a esse projeto.

Fanon (2008) entende que para criar um novo mundo é necessário sair das regiões extraordinariamente estéreis e áridas. É necessário surgir dessa zona do não-ser, desse lugar que é uma clausura caracterizada pela potência que o olhar do Outro tem em enclausurar o sujeito. Essa zona é a raça. Por isso, a criação de um novo mundo pressupõe a abolição da ideia de raça inventada pela modernidade europeia.

Nessa mesma direção, Mbembe (2019, p.72) afirma que a declosão do mundo (criação de um novo mundo)

só pode ocorrer se admitirmos a verdade, segundo a qual, o negro não existe. Não mais que o branco. O negro é um ser humano parecido com os outros, um ser humano entre os outros seres humanos, o que podemos chamar de cidadania humana original.

Há que se imaginar um outro mundo, outras formas de pensar os corpos e suas diferenças; outras possibilidades de articular linguagens políticas que viabilizam a invenção de um novo jeito de fazer-se humano que não se reduza aos modos universalizantes e racistas do mundo moderno europeu. Só assim será possível reinventar a estrutura econômica e política sustentada pela racionalidade moderna; reposicionar os corpos humanos sob uma gramática que não seja das hierarquias construídas pela ideia de raça, mas pela gramática da horizontalidade e da mutualidade – uma nova humanidade.

Mbembe (2019, p.70) nos convida a pensar que um dos caminhos para realizar essa nova humanidade, caracterizada pela cidadania humana original, onde todos os corpos têm o direito de acessar de forma igual as heranças do mundo, é a construção das “instâncias de cura”. Para o autor, a instância de cura é o processo de reconstrução da imagem desumanizada que a racionalidade colonial produziu acerca dos corpos negros africanos e afrodescendentes. Essa reconstrução acontece através da criação de práticas coletivas, experiências estéticas e políticas reparadoras as quais produzam uma escalada de humanidade¹, que coloquem os sujeitos outrora subjugados e violentados pela razão colonial em posição de dignidade e humanidade. Essa é a instância da cura que gera a esperança a partir da qual se constrói um novo mundo, uma nova humanidade.

1 Nas discussões de Mbembe (2019), a escalada de humanidade tem a ver com o processo de luta que tem como objetivo principal a restauração da posição de dignidade e humanidade dos sujeitos outrora colonizados. Essa escala de humanidade se dá a partir do processo pelo qual “o colonizado desperta para a consciência de si mesmo, apropria-se subjetivamente de seu eu, desmonta a cerca e se autoriza a falar em primeira pessoa” (ibid, 2019, p.71).

Além da instância de cura, o autor aponta a produtividade poética da memória como a outra dimensão fundamental para a criação de um novo mundo. O autor a define como o processo de situar-se em relação ao presente e ao passado. “Só podemos reinventar o presente e o futuro se soubermos olhar ao mesmo tempo para trás e para frente” (MBEMBE, 2019, p.53). É necessário olhar para trás, retornar ao “crânio dos mortos” para compor as trajetórias da vida de um corpo e projetar o que se quer para o presente e o futuro. Dessa maneira, a produção da vida, a qual se deseja, passa necessariamente pela retomada daquilo que já se viveu e que ainda tem suas ressurgências frequentes (ibid, 2019).

A produtividade poética da memória coloca em diálogo um passado doloroso e ao mesmo tempo cheio de esperanças com um futuro novo e diferente. Isso pressupõe “que o sofrimento imposto aos mais fracos seja posto nu; que seja dita a verdade sobre aquilo que foi suportado; que renunciemos à dissimulação, à repressão e à negação” (MBEMBE, 2019, p. 55). Portanto, é pela produção poética da memória na forma de arte, literatura e produção de lugares/objetos/práticas que se construirão possibilidades de curar os sobreviventes do embrutecimento racial produzido pela razão colonial. É por essa via que se estabelecerão caminhos para o novo mundo e a nova humanidade.

Diante das muitas questões engasgadas em nossos corpos, questionamos: o que pode a arte no processo de criação de uma nova humanidade? Quais as suas potências na produção poética da memória dos corpos negros africanos e afrodescendentes? Quais as contribuições de artistas negras/os no debate da reinvenção do mundo?

Artistas negras/os e suas contínuas e necessárias provocações

São vários os/as artistas negros/as, residentes em diferentes países e continentes que, com suas produções visuais, problematizam as experiências de corpos africanos e afrodescendentes, como por exemplo: Aida Muleneh (Etiópia), Boris Nzebo (Gabão/Camarões), Nú Barreto (Guiné-Bissau), Ernest Dükü (Costa do Marfim), El Anatsu (Gana), Michael Armitage (Quênia/Reino Unido), Frida Orupabo (Noruega), Rachid Johnson (USA), Belkis Ayón Manso (Cuba), Firelei Baez (República Dominicana), Myrlande Constant (Haiti), Rosana Paulino (Brasil), entre outros/as.

As obras desses artistas se movem entre o passado e o presente, dialogando, através dos padrões estéticos que assumem, com a ancestralidade africana e com os fatos que marcam a história recente dos contextos em que vivem. Contribuem, assim, para tensionar silenciamentos e invisibilidades historicamente produzidas sobre vidas precarizadas, subjugadas, violentadas; sobre vidas escravizadas pela lógica colonial capitalística, ontem e hoje. São artistas que plasmam, em suas obras, as afecções, imaginações e invenções de mundos possíveis a partir do tensionamento da ideia de raça e seus efeitos históricos, políticos, econômicos e culturais. Vejamos algumas dessas artes e seus/suas artífices.

Michael Armitage, nascido em Nairobi, em 1964, vive e trabalha em sua cidade natal e em Londres, no Reino Unido. Ficou conhecido na cena artística internacional com suas pinturas narrativas multicoloridas, feitas com óleo sobre Lubugo, “um tecido de casca de árvore tradicional de Uganda, que é batido durante vários dias, criando um material natural que, quando esticado, apresenta orifícios ocasionais e reentrâncias grosseiras. Como observa o artista, o uso de Lubugo é ao mesmo tempo uma tentativa de localizar e desestabilizar o tema de suas pinturas”², voltadas aos costumes sociais, às desigualdades e à incerteza política que marca a vida cotidiana em Nairóbi.

Corpos negros estão sempre presentes nas pinturas de Armitage, em situações e condições diversas. Nas obras em que estão ausentes, insinuam-se nas linhas que compõem movimentos inorgânicos e presentificam gestos ausentes.

Na Bienal de Veneza de 2019, um conjunto de obras do artista chamava a atenção por diferenciar-se de suas produções mais conhecidas, de cores vibrantes e grandes dimensões. Em um corredor sinuoso, 42 pequenos quadros com molduras brancas apresentavam ao público, em poucas pinceladas feitas com variações de uma mesma tinta de cor marrom sobre papel, corpos em visível sofrimento (Figuras 1 e 2: Michael Armitage, Study for Pathos I, 2018. Tinta sobre papel, 31,2x23,4cm (sem moldura). Disponíveis em: <https://whitecube.viewingrooms.com/viewing-room/33-anothers-tongue/>).

A simplicidade dos recursos materiais utilizados pelo artista contrasta com a potência das imagens produzidas. A variação na intensidade da tinta utilizada, que destaca a região dos olhos e insinua o contorno dos corpos, não deixa margem a dúvidas: tratam-se de corpos negros, em situação de violência e dor. No caso, tratam-se de desenhos produzidos por Armitage a partir das manifestações políticas que testemunhou nas vias de Nairobi, em 2017, as quais levaram às eleições gerais no Quênia (BIENNALE ARTE, 2019, p.205). As cenas de desobediência civil, o caos, as agitações, foram sintetizadas em poucas linhas parcamente preenchidas com a transparência da cor marrom.

Ainda que localizados no tempo e espaço, são atemporais esses corpos plasmados pelo artista sobre frágeis folhas de papel. Lembram as vidas escravizadas pelo tráfico negreiro no apogeu das grandes navegações. Lembram também as situações contemporâneas de extermínio de jovens negros, seja no Brasil ou em tantos outros países em que essas práticas são recorrentes.

Frida Orupabo, mulher negra que nasceu e trabalha em Oslo, Noruega, também problematiza com sua arte questões relativas ao corpo negro. Trabalhando com colagens digitais feitas com imagens recolhidas da internet, a artista provoca, com suas obras, olhares acostumados à arquitetura anatômica convencional dos corpos no espaço. Desmembrados, recortados, remontados, os fragmentos são agrupados em composições que retornam digitalmente às redes sociais. Transportados para o meio físico em obras de dimensões variadas que vem sendo plasmadas em paredes de

2 https://whitecube.com/artists/artist/michael_armitage

espaços expositivos em diferentes países³, as novas imagens produzidas pela artista a partir de imagens conhecidas/desconhecidas justapõem camadas que remetem a histórias pregressas e atuais, condensando temporalidades e possibilidades em aberto de sentidos.

Duas obras da artista aqui discutidas ajudam a compreender de que modo raça, gênero, sexualidade e violência, marcadores sociais da diferença⁴ historicamente produzidos e constitutivos de corpos em relação, têm sido tensionados por Orupabo. Na primeira obra (figura 3), a cabeça sobre um conjunto de pernas que indicam movimento em sentido horário dão a sensação de circularidade, a relembrar a violência histórica e recorrente que incide sobre vidas racializadas. Desmembrado, desconjuntado, recomposto, esse corpo-montagem presentifica a ausência do tronco de sustentação, o que nos relembra a experiência traumática da escravização bem como da diáspora africana. Na segunda imagem (figura 4), o corpo-montagem denuncia a violência histórica que tem incidido sobre mulheres negras, transformando-as em corpos-objetos de consumo, seja para deleites sexuais, para a amamentação dos filhos de senhores de escravos, para trabalhos sem fim (Figuras 3 e 4: Frida Orupabo. Colagem com alfinetes de papel montados em alumínio, tamanhos variados. 58ª Exposição Internacional de Arte - La Biennale di Venezia: May you live in interesting times, 2019. <https://contemporaryand.com/magazines/main-exhibition-review-interesting-to-the-eye/>).

As obras da artista brasileira Rosana Paulino seguem essa mesma vertente de problematização da objetificação dos corpos negros. A artista tematiza, com sua arte, as experiências negras no Brasil, contribuindo para a necessária construção do que Walter Benjamin (1993) chama de uma história à contrapelo: a história da violência da escravização no Brasil, ocultada dos livros oficiais de história sob o mito da democracia racial. Uma barbárie que ficou por décadas relegada ao esquecimento, assim como as ruínas do Cais do Valongo, principal porto de entrada de africanos/as escravizados/as para o Brasil e as Américas.⁵

Somente em 2011 os vestígios desse cais foram descobertos, quando da revitalização da área para a construção do Porto Maravilha na região central da cidade do Rio de Janeiro. A luta dos movimentos negros possibilitou o reconhecimento dessas ruínas como monumento, aberto à visitação e ao escrutínio público. Desenterrar esse passado apagado dos anais da história, dos livros didáticos e da memória coletiva é fundamental para a reinvenção do presente e do nosso futuro, como lembra Achille Mbembe (2019).

A obra de Rosana Paulino aqui exposta integra o conjunto intitulado “Atlântico Vermelho” (Figura 5: Rosana Paulino, Atlântico Vermelho. Impressão sobre tecido,

3 <https://nordenhake.com/artists/frida-orupabo>

4 Marcadores sociais da diferença, segundo Lilia Schwarcz (2019, p.175), são “categorias classificatórias compreendidas como construções sociais, locais, históricas e culturais, que pertencem à ordem das representações sociais - a exemplo das fantasias, dos mitos, das ideologias que criamos -, quanto exercem uma influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e hierarquias sociais”.

5 <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>

ponta seca e costura. 58,0 x 89,5 cm, 2016. <https://www.rosanapaulino.com.br/blog/category/atlantico-vermelho/>), série que compreende desenhos, pinturas e fotografias impressas sobre tecido, conectados com pontos visíveis de uma costura feita com linha preta. Resultado de ampla pesquisa, para sua composição Paulino “se apropria de elementos do cotidiano e fazeres historicamente associados ao universo feminino, como a arte têxtil, e os subverte, imputando-lhes elementos de violência que rompem com a noção de docilidade e passividade a eles associados. Estes elementos desvelam a problemática da condição do negro na sociedade atual, reverberam marcas de um passado não resolvido, e se somam ao corpo de trabalho da artista que é, ao mesmo tempo, poético, autobiográfico e social.”⁶

As discussões que apresentamos nas páginas iniciais deste texto a respeito do tráfico negreiro entre África e Brasil e sobre a violência que incidiu sobre corpos negros na diáspora, cujos efeitos ecoam até hoje no país, encontram-se sintetizadas pela artista nessa obra-montagem. É possível ouvir nas imagens que a compõem os ecos da colonização europeia bem como os efeitos da política de objetificação dos corpos negros, instituída via práticas de violência de variadas ordens, justificadas pela crença de que as pessoas negras, assim como indígenas, não tinham alma e, portanto, a elas não cabiam direitos de nenhuma ordem. Em consequência, foram exploradas, violentadas, descarnadas.

Delicadeza e rudeza estão lado a lado nessa obra que traz o azul da azulejaria portuguesa junto ao vermelho sangue de um coração fora do peito e as variações de preto e cinza que estão tanto no corpo negro nu como em seu espectro, bem como nos desenhos de um crânio, de um fêmur e dos ossos da bacia. Ossos-restos a denunciar a violência que desencarna os corpos negros de sua ancestralidade e das referências culturais afro, procurando ata-los a valores e tradições coloniais.

O próprio título “Atlântico Vermelho” é também denúncia da violência do tráfico negreiro que transformou o oceano em um mar de sangue. Um cálculo feito por Laurentino Gomes permite visibilizar a dimensão dessa violência:

Se, entre o início e o final do tráfico negreiro, pelo menos 1,8 milhão de cativos morreram durante a travessia [10% dos embarcados], isso significa que, sistematicamente, ao longo de 350 anos, em média, catorze cadáveres foram atirados ao mar todos os dias. Por essa razão, os navios que faziam a rota África-Brasil eram chamados ‘túmbeiros’, ou seja, tumbas flutuantes (2019, p.47).

É possível identificar, como elemento comum nas produções aqui apresentadas, a centralidade do corpo negro, um corpo que foi tido como diferente, o outro da norma, parte não desejada do universal eurocentrado. Um corpo cuja racialização produziu sua difamação - a negação de sua história - com o objetivo final de promover o seu embrutecimento (MBEMBE, 2019). Trazer esse corpo para o centro dos holofotes; visibiliza-lo em diferentes condições e situações; denunciar as violências que incidiram e continuam a incidir cotidianamente sobre eles são contribuições

⁶ <http://www.galeriasuperficie.com.br/exposicoes/rosana-paulino-atlantico-vermelho/>

importantes do campo da arte para o tensionamento do lugar social que a esse corpo foi historicamente designado, para o tensionamento das práticas racistas que perduram na atualidade. E esses tensionamentos são, por sua vez, condição para a reinvenção do próprio mundo.

Considerações finais

As obras que analisamos colocam o corpo como elemento principal de discussão. Nesse sentido, elas dialogam com um dos temas mais caros do pensamento africano e afro-diaspórico: o lugar do corpo na produção do conhecimento. No pensamento africano, qualquer discussão sobre as questões sociais, políticas e culturais deve começar, invariavelmente, pelo modo como se concebe o corpo e suas relações com os outros e consigo mesmo (MUDIMBE, 2019).

Na antropologia africana e afro-diaspórica o corpo não é visto como inferior ao espírito-razão, tal como no pensamento europeu cartesiano, mas é lido a partir da coexistência horizontal de suas dimensões. Um corpo que é espírito, que é carne, que é linguagem, que é movimento, sem qualquer hierarquia entre essas dimensões.

Nas tradições africanas, especialmente aquelas que contemplam as regiões da África Subsaariana, é a partir do corpo que se estabelece conexão com o mundo (natureza e cultura). É pelo corpo que se fala, é no corpo que se constroem os laços fundamentais da vida: laço consigo mesmo, com os outros-vivos, os outros-mortos (ancestrais) e os outros-natureza.

Michael Armitage, Frida Orupabo e Rosana Paulino apresentam em suas obras os modos como o corpo negro passou a ser pensado-produzido a partir do colonialismo, racismo e escravização. Ao mesmo tempo, anunciam o que, a partir do corpo, pode ser pensado sobre o mundo e as possibilidades de reinventá-lo.

O artista e as artistas em questão apresentam constantes referências dos tráfegos dos corpos negros durante o período escravagista. O atlântico aparece como imagem-pensamento das travessias, dos deslocamentos forçados, dolorosos, marcados pela violência produzida durante e depois da travessia dos corpos negros africanos.

Suas obras apresentam provocações acerca das heranças coloniais, escravagistas e racistas de tempos outros, cujos vestígios compõem o mundo de hoje e precisam ser problematizados constantemente para que seja possível construir um novo mundo, uma nova humanidade.

Michael Armitage, Frida Orupabo e Rosana Paulino trazem ensaios de mundos outros, imaginam outras possibilidades de existência, provocam nos olhares de quem se dispõe a contemplar suas obras, imagens da destituição do mundo eurocentrado, colonialista e denunciam as violências que recorrentemente incidem sobre os corpos negros. Ao mesmo tempo, anunciam, a partir desses mesmos corpos, caminhos para reinventar o mundo. São artistas que propõem a construção de relações a partir da ética da mutualidade e da política da horizontalidade.

Temos muito a aprender, dialogando com suas artes, sobre o mundo que ajudamos cotidianamente a perpetuar e sobre o mundo que podemos coletivamente, construir.

Referências

BARBIERI, Carolina Luisa Alves; COUTO, Márcia Thereza. As amas de leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado: contribuições da socioantropologia e da história. **Cad. hist. ciênc.** [online]. 2012, vol.8, n.1. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180976342012000100003&lng=pt Acesso em: 14 mar.2021.

BIENNALE ARTE 2019. May you live in interesting times. Catálogo. Venezia, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Francione Oliveira; ASSUNÇÃO, Matheus; SILVA, Karina Pereira. Produção visual de novos artistas afrodescendentes no Brasil e reverberações na formação docente em artes visuais. **AURORA** (PUCSP. ONLINE), v. 12, p. 95-113, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/45288> Acesso em: 06 mar.2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme.** 4ª ed. Paris: Présence Africaine, 1950/2004.

EUGENIO, Naiara Paula. Estética e filosofia da arte africana: uma breve abordagem sobre os padrões estéticos que conectam África e sua diáspora. **PROBLEMATATA: REVISTA INTERNACIONAL DE FILOSOFIA**, v. 11, p. 112-123, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7443/problemata.v11i2.53634> Acesso em: 13 mar.2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

GILROY, Paul. **Postcolonial melancholia.** Nova York: Columbia University Press, 2005.

_____. **Entre campos:** nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

GOMES, Laurentino. **Escravidão Volume I:** Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MACHADO, Taís de Sant'Anna. Trabalho essencial na pandemia: a descartabilidade das vidas de trabalhadoras negras. **ANPOCS:** Portal das Ciências Sociais Brasileiras, Boletim Especial, nº 7, 14.10.2020. Disponível: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistassociais/2436-boletim-a-questao-etnico-racial-em-tempos-de-crise-n-7> Acesso em: 12 mar.2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, v. 32, 2016, p. 123-151. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> Acesso em: 12 mar.2021.

_____. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil Contemporâneo**: Histórias, Línguas, Culturas e Civilizações. São Paulo: Global, 2009.

MUDIMBE, Yalentin-Yves. **A invenção da África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **REVISTA USP, São Paulo**, n.46, p. 52-65, junho/agosto, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i46p52-65> Acesso em: 10 mar.2021.

RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignacio. Vitimização letal e desigualdade no Brasil: Evidências em nível municipal. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 285-305, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23066> Acesso em: 10 mar.2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Submissão: **19/02/21**

Aceitação: **10/04/21**